



**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER**  
**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2024**

**1 – PREÂMBULO**

Torna-se público para conhecimento dos interessados que a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER**, sediada na Rua Conde de Araruama, nº 425, Centro – Quissamã/RJ, realizará por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, através da rede mundial de computadores – INTERNET, no endereço eletrônico abaixo descrito, LICITAÇÃO com participação HÍBRIDA, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, no modo de disputa ABERTO, com o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei Federal 14.133/2021 - Normas Gerais de Licitação e Contratação Pública, com aplicação subsidiária, no que couber, dos Decretos Municipais nº 3841/2024; 3842/2024; 3845/2024; 3846/2024 e suas alterações, da Lei Complementar Federal nº 123/06 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e demais normas que compõem a legislação aplicável à licitações e contratações públicas.

**Processo Administrativo nº 13703/2024.**

**Data da sessão: 13/12/2024**

**Horário: 09:00 horas (Horário de Brasília)**

**Local: Portal de Compras Públicas**

**Endereço Eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>**

**1.1 - ANEXOS DO EDITAL**

Integram este edital, para todos os efeitos, os seguintes Anexos:

- I – Termo de Referência;
- I/I – Estudo Técnico Preliminar;
- II/I – Planilha de Custos;
- III/I – Layout;
- II – Descrição dos serviços (Requisição);
- III – Modelo de Proposta de Preços;
- IV – Modelo de Atestado de Visita;
- V – Minuta de Contrato.

**2 - DO OBJETO**

2.1. O objeto da presente licitação é para contratação de empresa especializada para realização de serviços de decoração e iluminação cênica natalina, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referências – ANEXO I deste edital.



**2.2. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Portal de Compras Públicas, prevalecerá a descrita neste edital.**

### **3. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO.**

3.1. O prazo de vigência da contratação será de até 56 (cinquenta e seis) dias, contados da data indicada no Termo de Autorização de Início dos Serviços, a ser emitido pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER**, após a formalização do contrato e da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3.2. O prazo determinado para início dos serviços no Termo de Autorização poderá ser prorrogado, desde que formalizado pleito com as razões e justificativas a serem submetidas à análise e aceitação da Administração.

3.3. Eventual pedido de prorrogação nos termos do item anterior, deverá ser encaminhada à **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER**, localizada à Rua Conde de Araruama, nº 425 – Centro - Quissamã/RJ, Telefone: (22) 2768-9300, ramal: 9459, e-mail: [fcultura.quissama@gmail.com](mailto:fcultura.quissama@gmail.com)

3.4. O contrato decorrente da licitação poderá ser prorrogado, em periodicidade sucessiva em relação ao seu prazo inicial, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a sua extinção sem ônus para qualquer das partes.

3.5. Além da possibilidade de extinção contratual pela ausência de vantajosidade compreendida no item anterior, o contrato poderá ser extinto ainda no caso da inexistência de créditos orçamentários para a sua continuidade, na forma prevista no inciso III e § 1º do artigo 106 da Lei Federal 14.133/21.

3.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação, em conformidade com o disposto no Anexo VII-F da Instrução Normativa n.º 05/2017.

3.7. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

### **4. PREÇO ESTIMADO**

4.1 - O preço estimado da presente licitação é de **R\$ 163.275,64 (Cento e sessenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme descrição dos serviços – ANEXO II deste Edital.

4.2 – A **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER** foi responsável para composição do valor estimado de acordo com a cotação de mercado no mês de outubro de 2024, do boletim de custos da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP) setembro de 2024 e Banco de Preços outubro de 2024.

.



## 5 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Funcional Programática	Despesa	Fonte de Recursos	Ficha
1381301312.160000	3390.39.00.00	170403	685

## 6. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

6.2. Estejam regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio Portal de Compras Públicas

6.3. Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do Portal de Compras Públicas para sua correta utilização;

6.4. Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

## 7 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

7.1. A licitação instaurada possui formato com admissão de HÍBRIDA participação, destinada às empresas interessadas que atenderem às seguintes condições:

7.1.1. Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

7.1.2. Estejam regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio Portal de Compras Públicas

7.1.3. Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do sistema Portal de Compras Públicas para sua correta utilização;

7.1.4. Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

7.2. Poderão participar, ainda, as empresas que cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame e que



atendam, ainda, aos requisitos especificados nos subitens 7.1.1 a 7.1.4.

7.3. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que desejarem participar do procedimento licitatório deverão observar as condições previstas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21.

7.3.1. A participação e a concessão dos benefícios legais serão limitados às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública e iniciativa privada cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21.

7.4. Diante da hipótese suscitada no subitem 7.3.1, caso a licitante ME EPP optante do Simples Nacional venha ser adjudicada e adquira o status de desenquadramento, deverá providenciar comunicação junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação (celebração do Contrato ou instrumento equivalente), apresentando à Prefeitura Municipal de Quissamã, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do termo contratual, comprovação da efetivação das providências para a exclusão obrigatória prevista nos artigos 30 e 31, incisos II, da Lei Complementar n.º 123/2006.

**7.5. Caso a licitante optante pelo SIMPLES NACIONAL não efetue, nesse caso, a comunicação no prazo assinalado acima, a própria Prefeitura Municipal de Quissamã, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.**

## **8 – PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

8.1. Será admitida a participação de cooperativa de trabalho na licitação, quando esta caracterizada, evidenciar as seguintes condições:

8.1.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

8.1.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

8.1.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

8.1.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.



8.2. Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

8.2.1. Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou

8.2.2. Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

8.3. Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no inciso XI do item 19.9.

8.4. A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

8.5. Os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte serão estendidos às cooperativas, quando elas atenderem ao disposto no art. 3º, § 4º, inc. VI, e art. 34 da Lei federal nº 11.488/2007.

## **9 – PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

9.1. Não será permitida a participação em consórcio.

## **10 – DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

10.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, a pessoa física ou jurídica que estejam enquadradas nas seguintes condições:

10.1.1. Suspensas temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Estadual Direta e Indireta, ainda na vigência da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/2002;

10.1.2. Impedidas de licitar e contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, da Prefeitura Municipal de Quissamã, nos termos do inciso III, e parágrafo quarto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.3. Declaradas inidôneas para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todas os entes federativos, na forma do inciso IV, e parágrafo quinto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.4. Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;



10.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.6. Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

10.1.7. O agente público da PMQ, estendendo-se a vedação a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

10.1.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

10.1.9. Agente público da PMQ, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.1.10. Que tiverem decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.

10.1.10.1. Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

10.1.11. Proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);

10.1.12. Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do inciso III, do artigo 12, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);

10.1.13. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

10.1.14. Os impedimentos previstos nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 serão aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

10.1.15. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.





10.2. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

## **11 – DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E OUTROS DOCUMENTOS**

11.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico **Portal de Compras Públicas**, suas respectivas propostas com a descrição do objeto e os preços ofertados, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

11.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada, na forma do § 1º do artigo 20 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

11.3. Além de outras informações demandadas pelo sistema eletrônico, deverão consignar que compreendem a descrição do(s) serviço(s) ofertado(s) e/ou material(s), o(s) preço(s) unitário(s) e total(ais) do(s) item(ns) para o(s) qual(ais) pretende oferecer proposta, de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital; que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos; o prazo de prestação dos serviços ou fornecimento do material, contado do recebimento da solicitação; o prazo de validade da proposta comercial.

11.4. Configurada a situação prevista no item 7.4, com o iminente desenquadramento durante a possível contratação, as licitantes então caracterizadas como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) não poderão utilizar dos benefícios tributários na proposta e planilha de preços a serem apresentadas no certame.

11.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

11.5.1. Está ciente do inteiro do edital e seus anexos, e que concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

11.5.2. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1998, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de sua entrega em definitivo;

11.5.3. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Projeto Básico;

11.5.4. Inexiste impedimento à habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao Órgão Competente da Prefeitura Municipal de Quissamã;



11.5.5. Possui ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

11.5.6. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.5.7. Não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.5.8. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

11.5.9. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

11.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.7. No caso de licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/ 2021.

11.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 11.6.1 a 11.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

11.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta(s) ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inserida(s) no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

11.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

11.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:





11.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

11.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

11.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

11.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

11.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

11.14. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 11.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11.14.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.14.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **12 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

12.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, contendo o valor unitário e total do serviço ou material; descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do.

12.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto.

12.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



12.5. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da finalização da etapa de lances, importará na desclassificação da proposta.

12.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

12.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o , assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

12.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos na estimativa elaborada para esta licitação;

12.9.1. O formulário da proposta comercial, em sua forma prevista no Anexo III do edital de licitação, somente será utilizado pelo licitante vencedor, com vistas à readequação de sua oferta final.

12.10. O prazo de validade da proposta comercial será de 90 (noventa) dias contados da data limite para apresentação das propostas.

12.11. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso, persista o interesse da Prefeitura Municipal de Quissamã, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

### **13 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

13.1. A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá automaticamente pelo sistema na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

13.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat), vedada outra forma de comunicação.

13.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

13.4. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.



13.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.8. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13.9. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.10. Na hipótese de necessidade da suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de Propostas e documentos de Habilitação de que tratam os artigos 41 e 42 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, o seu reinício somente poderão correr mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

#### **14 – MODO DE DISPUTA E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

14.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para os itens que pretende participar, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

14.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

14.3. A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

14.3.1. A licitante poderá, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, desde que inferiores ao último lance dado pela própria licitante.

14.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 10,00 (dez reais).

14.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.



14.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

14.7. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

14.7.1. Considerar-se-á inexequível na fase de lances os valores aparentemente irrisórios ou com erros de digitação.

14.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

14.9.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

14.9.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata os itens 14.9 e 14.9.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

14.9.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 14.9 e 14.9.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

14.9.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será admitido o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

14.9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto nos itens 14.9 e 14.9.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

14.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

14.11. Ao final da etapa competitiva, observada a prerrogativa das microempresas e empresas de pequeno porte previstas nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.538, de 2015, serão aplicados, caso necessário, os critérios de desempate previstos no Artigo 60 da lei Federal nº 14.133/21.



14.11.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/21.

14.12. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **15. DOS BENEFÍCIOS DAS ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS**

15.1. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

15.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

15.1.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

15.1.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

15.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

15.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação, a licitante for considerada habilitada.

## **16. DA NEGOCIAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS**



16.1. Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício do desempate às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas eventualmente participantes, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/06, o pregoeiro deverá propor negociação direta com o licitante melhor classificado, objetivando obter condições mais vantajosas para a Administração, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

16.2. A negociação será realizada e registrada por meio do sistema **Portal de Compras Públicas**, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes, devendo o seu resultado ser formalmente anexado aos autos do processo de licitação.

16.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará os impedimentos previstos nos subitens 7.1.1 a 7.1.4.

16.4. Deverá ser observado, ainda, se o licitante atende às condições de participação no certame, relativamente às exigências previstas no item 10 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

16.4.1. SICAF;

16.4.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral de União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

16.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

16.5. As consultas realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

16.6. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

16.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

16.6.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

16.6.3. Constatada a existência de sanção, a licitante será considerada desclassificada, por falta de condição de participação.





16.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

## **17. DA CONFORMIDADE E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA**

17.1. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

17.2. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I e da REQUISIÇÃO – ANEXO II deste edital.

17.3. O critério de julgamento das propostas será o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

17.4. Será rejeitada a proposta que apresentar as seguintes inadequações:

17.4.1. Contiver vícios insanáveis;

17.4.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no;

17.4.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

17.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

17.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

17.5. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta comercial, com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor e observando o limite máximo dos preços unitários estipulados na Planilha de Custos – ANEXO II/I deste edital, no prazo a ser indicado, justificadamente, pelo pregoeiro, nunca inferior a 02 (duas) horas e contado da solicitação efetuada no sistema, devidamente assinada pelo seu responsável ou representante legal.

17.6. O prazo de encaminhamento da proposta readequada, ou de documentos complementares reputados de envio necessário, poderá ser prorrogado de ofício pelo Pregoeiro ou por solicitação do licitante, por igual período inicial, mediante justificativa aceita, na forma do parágrafo 3º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES N.º 73/2022.

17.7. O Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e a compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, inclusive os seus valores unitários, desclassificando ao final, as que estiverem em desacordo com os requisitos estabelecidos neste edital.



17.8. Na verificação do preço final, deverá realizar a aferição da sua exequibilidade, considerando indícios de inaptidão as propostas inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado para a licitação, na forma do artigo 34 da Instrução Normativa SEGES N.º 73/2022.

17.9. Na hipótese de que trata o item anterior, a inexecução somente será considerada após diligência efetuada pelo Pregoeiro que resulte comprovação de que:

I - o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

17.10. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784/99.

17.11. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER** para orientar sua decisão.

17.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

17.13. A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, sendo acompanhada, em tempo real, por todos os participantes.

## **18. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

18.1. O Pregoeiro observará o cumprimento das exigências de habilitação previstas nos itens 19 a 22, além da entrega e o cumprimento das obrigações a que se referem as declarações previstas no item 11.6.1 a 11.8 deste edital de licitação.

18.2. No exame da documentação de habilitação será utilizado os dados constantes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, sendo que os documentos exigidos que não estejam nestes contemplados deverão ser enviados por meio do sistema **Portal de Compras Públicas**, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

18.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante melhor classificado.

18.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

18.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).



18.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

18.7. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

18.8. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares ao SICAF, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, a ser definido, justificadamente, pelo Pregoeiro, contado da convocação efetuada no sistema, podendo ser prorrogado por igual período, nas situações elencadas no § 3º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES 73/2022.

I – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

18.9. A verificação do Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

18.10. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme previsto no § 1º do artigo 64 da Lei Federal 14.133/2021.

18.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

18.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES 73/2022 (envio no prazo mínimo de 2 horas).

18.13. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

18.14. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes para atendimento de exigências de habilitação, inicialmente apresentados em tradução livre.

18.14.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a contratação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do



disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

## **19. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

19.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

19.2. Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

19.3. Sociedade Simples: Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;

19.4. Microempreendedor Individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

19.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.5.1. No caso de sociedades por ações, será necessária a apresentação conjunta de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

19.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

19.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

19.8. Os documentos apresentados deverão indicar os responsáveis pela Administração e estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

19.9. A cooperativa de trabalho, que deverá ser regida pela Lei nº 12.690/12, deverá atender, conforme o caso, todas às exigências de habilitação previstas neste ato convocatório, no que



couber, assim como encaminhar, na forma do item 18.2 deste edital, os seguintes documentos para comprovação da sua habilitação jurídica/fiscal:

- I – Ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão “Cooperativa de Trabalho” na denominação social da cooperativa;
- II – Estatuto (com ata da assembléia de aprovação);
- III – Regimento interno (com ata da aprovação);
- IV – Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados (com ata de aprovação);
- V - Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, conforme previsto no artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/71;
- VI – Edital de convocação de assembléia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;
- VII - Editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias;
- VIII – Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
- IX – Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;
- X – Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais;
- XI - Ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe;
- XII - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- XIII - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- XIV - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- XV - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **20. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

20.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda -CNPJ/MF;

20.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;



20.3 - Prova de regularidade de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); As empresas com sede no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar a Certidão Negativa de ICMS acompanhadas da Certidão da Procuradoria Geral do Estado.

20.4. Prova de regularidade para com a Seguridade Social e a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com Efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” e “d”, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212/91, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União;

20.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante.

20.6. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

20.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

20.8. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.9. Declaração firmada pela licitante, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal/1988 e de acordo com o inciso VI do artigo 68 da Lei Federal 14.133/2021, acrescido pela Lei Federal 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02.

20.10. As exigências relativas ao fornecimento das declarações previstas nos subitens 20.8 e 20.9 serão consideradas atendidas por meio de verificação do seu envio no **sistema eletrônico** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

#### **20.11. DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DA ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS:**

20.11.1. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

20.11.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço





no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Quissamã, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

20.11.3. A falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, consoante os termos do §5º do artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, observando, se for o caso, as demais hipóteses previstas no parágrafo quarto.

20.11.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **20.12 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

20.12.1. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

20.12.2. Balanços patrimoniais e demonstrações contábeis dos (dois) últimos exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do livro em que se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta

20.12.3. Os Balanços a que se refere o subitem anterior deverá vir acompanhado de quadro demonstrativo assinado pelo representante legal da licitante e contabilista responsável, ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do passivo não circulante (PNC) e do patrimônio líquido (PL), de modo a possibilitar a avaliação da situação financeira da proponente, calculada a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

a) Índices de Liquidez Geral

$$ILG = (AC+RLP) / (PC+PNC)$$

b) Índices de Liquidez Corrente

$$ILC = AC/PC$$

c) Solvência Geral SG =

$$AT \text{ PC } +PNC$$



AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

PCN = Passivo não Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

SG = Solvência Geral.

20.12.4. Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem às seguintes condições:

20.12.5. Índice de Liquidez Geral  $\geq 1,00$

20.12.6. Índice de Liquidez Corrente  $\geq 1,00$

20.12.7. Solvência Geral  $\geq 1,00$

20.12.8. Comprovação de possuir a empresa licitante, o Capital Social Mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado e/ou ofertado da contratação, considerando como valor estimado e/ou ofertado, o somatório dos lotes/itens em que a licitante apresentar proposta, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta.

20.12.9. Certidões negativas de falência, concordata ou recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica. As certidões serão válidas pelo prazo de 90 dias, a partir de sua expedição, até sua apresentação na data da licitação, se outro prazo não constar no documento.

## **21. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**21.1 - TÉCNICA-OPERACIONAL:** As licitantes deverão comprovar qualificação técnico-operacional, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a)** Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em nome da licitante pela região que estiver vinculada ou sede, com validade para o presente exercício. Caso a licitante seja de outro estado da federação, será necessário o visto do CREA-RJ, quando da assinatura do contrato.



- b)** Prova de possuir no Acervo Técnico da Licitante atestado(s) de execução de obras de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, emitidos por entidades de direito público ou privado, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância.

**b.1)** A comprovação de execução dos serviços mencionados poderá ser feita mediante apresentação de 01 (um) ou mais atestados referentes a um único ou a diversos contratos, com pelo menos os seguintes dados da CONTRATADA: (I) Nome (razão social), CNPJ e endereço completo; (II) Denominação, descrição e finalidade dos serviços; (III) Local de instalação ou de execução dos serviços; (IV) Período e prazo de realização; e (V) Volume dos serviços (quantidades, dimensões, etc.).

- c)** Atestado de Visita, fornecida pelo órgão licitante, de que vistoriou o local e tomou conhecimento de todas as informações e das condições necessárias ao cumprimento das obrigações desta licitação, ou Declaração Formal, conforme previsto no Item nº 30 deste Edital.

**21.2 - TÉCNICA-PROFISSIONAL (RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DOS SERVIÇOS):** As licitantes deverão comprovar qualificação técnico-profissional, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão de Registro de Pessoa Física, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em nome dos responsáveis técnicos, pela região que estiver vinculada ou sede;
- b) Prova de possuir no seu quadro pessoal, na data do certame, profissionais de nível superior (engenheiro eletricitista e engenheiro civil, mecânico ou arquiteto) detentores de atestados de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes, averbados pelo CREA/CAU, acompanhados das respectivas certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado serviços pertinentes.
- c) A comprovação de que o (s) profissional (is) mencionado (s) no subitem “b”. pertence (m) aos quadros da licitante dar-se-á mediante a apresentação de Contrato Social, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Ficha de Registro, contrato de prestação de serviços ou Termo de Compromisso assinado pelo profissional onde se compromete a compor o quadro da empresa licitante caso venha a ser contratada.



d) Em se tratando de sócio da empresa, o Contrato Social da licitante comprovará o vínculo.

**É vedada a indicação de um mesmo profissional como Responsável Técnico/Coordenador por mais de uma licitante. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.**

## **22. RECURSOS**

22.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

22.3. No que concerne as decisões proferidas nesta licitação, qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos a ser concedido pelo Pregoeiro, após o respectivo término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor no caso de inexistência de manifestação.

22.4. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação via sistema.

22.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado a partir do dia útil seguinte ao final do prazo de apresentação das razões recursais.

22.6. Os recursos e as contrarrazões serão dirigidas ao Pregoeiro que proferiu a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, o encaminhará, relatando suas razões de forma fundamentada e motivada, à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.7. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



22.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o titular da Secretaria de origem do processo adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

22.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

22.10. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

23.1. O licitante/adjudicatário participante do procedimento licitatório estará sujeito, durante o seu transcorrer, à aplicação das seguintes sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

23.1.1. Advertência

23.1.2. Multa

23.1.3. Impedimento de Licitar e Contratar, e

23.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar.

23.2. Estarão passíveis das sanções previstas no item anterior, os licitantes que, com dolo ou culpa, se enquadrarem nas seguintes situações:

23.2.1. Declarado inidôneo ou impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, que se apresente para participar de procedimento licitatório, conforme o Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021;

23.2.2. Venha frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório, conforme artigo 337-F do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021);

23.2.3. Afaste ou tente afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo, conforme artigo 337-K do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021);

23.2.4. Devasse o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo, conforme artigo 337-J do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021)

23.2.5. Patrocine, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário, conforme artigo 337-G do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021);



23.2.6. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro;

23.2.7. Não manter a proposta, dentro prazo de sua validade, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

23.2.7.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

23.2.7.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

23.2.7.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

23.2.7.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

23.2.8. Não celebrar o contrato/ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.2.8.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

23.2.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

23.2.10. Fraudar a licitação;

23.2.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

23.2.11.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

23.2.11.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

23.2.11.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

23.2.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

23.2.13. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/13, em especial:

23.2.13.1. Venha impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público, conforme a letra b do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

23.2.13.2. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública, conforme a letra e do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;





23.2.13.3. Obtenha vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais conforme a letra f do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

23.3. Na aplicação das sanções, conjugadas as diretrizes do §1º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, e do artigo 7º da Lei Federal 12.846/13, será observado o princípio da proporcionalidade, considerando-se especialmente (1) a natureza e a gravidade da infração cometida, (2) as peculiaridades do caso concreto, (3) as circunstâncias agravantes ou atenuantes, (4) os danos para a Administração, (5) a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator, (6) a consumação ou não da infração, (7) o grau de lesão ou perigo de lesão, (8) o efeito negativo produzido pela infração, (9) a situação econômica do infrator, (10) a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações, (11) a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

23.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.2.1, 23.2.6 a 23.2.8, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.5. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 23.2.2 a 23.2.5, 23.2.9 a 23.2.13, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 23.2.1, 23.2.6 a 23.2.8, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

23.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

23.6.1. Para as infrações previstas nos itens 23.2.1, 23.2.6 a 23.2.8, a multa será de 0,5% a 15% sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

23.6.2. Para as infrações previstas nos itens 23.2.2 a 23.2.5, 23.2.9 a 23.2.13, a multa será de 15% a 30% sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

23.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar, e com a Declaração de Inidoneidade de Licitar ou Contratar.



23.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

23.8.1. Decorridos 20 (vinte) dias da convocação para assinatura do Contrato ou da ata de registro de preço (ou retirada/aceite de empenho ou instrumento equivalente), sem a manifestação do adjudicatário, ficará configurada a referida recusa, sujeitando-o a multa moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado, com base no valor adjudicado, na forma prevista no, além da aplicação do Impedimento de Licitar e Contratar pelo período de até 3 (três) anos.

23.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

23.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.11. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

23.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

23.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

23.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Prefeitura Municipal de Quissamã.



23.16. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme previsto no artigo 161 na Lei Federal nº 14.133/2021.

23.17. As sanções administrativas aplicáveis por atos praticados no decorrer da execução contratual estão previstas no e/ou na Minuta do Contrato, que constituem anexos deste Edital de Licitação.

## **24. DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO**

24.1. Após a homologação, a Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato, a contar de sua convocação.

24.2. A convocação a que se refere o subitem anterior far-se-á através de comunicação endereçada diretamente ao fornecedor registrado, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

24.3. O prazo estabelecido no documento da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte durante o seu transcurso e se acolhidas pela Administração as justificativas apresentadas.

24.4. Quando do comparecimento do fornecedor registrado para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

24.5. O fornecedor registrado ficará obrigado a, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, entregar o contrato devidamente assinado pelo representante legal, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

24.6. Como condição para celebração do contrato, ou retirada da nota de empenho, o fornecedor registrado deverá manter as condições de habilitação consignadas neste edital, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.

24.7. O presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato.

24.8. Caso o fornecedor registrado não compareça para a retirada da nota de empenho ou assinatura do instrumento contratual, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação



assumida, sujeitando a desistente às sanções legais cabíveis, especialmente as previstas neste edital de licitação, minuta de contrato e demais anexos.

24.9. Ocorrendo a hipótese do subitem anterior e não havendo Cadastro de Reserva, o pregoeiro realizará a reabertura do pregão, examinando as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda e proporcione a viabilização da contratação, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

24.10. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do subitem anterior, a Secretaria de Licitações e Contratos, observado o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

24.11. As sanções administrativas mencionadas no item 25.9 não serão aplicáveis aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do subitem anterior.

24.12. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

## **25. RECEBIMENTO DO OBJETO**

25.1. Executados os serviços estipulados no Termo de Referências, será recebido provisoriamente em até 01 (um) dia útil pelo Sr. Helder José Ferreira Vieira – Mat. 7682, e serão recebidos definitivamente em até 05 (cinco) dias úteis após executada a conferência e verificação do teor do respectivo documento fiscal com os relatórios emitidos pela contratada, mediante atestação da nota fiscal pela Sra. Silvia Cristina do Rosário – Mat. 2918 que emitirão o Termo de Recebimento Definitivo

25.2. Se constatar que o objeto foi executado em desacordo com o especificado ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.

25.3. O aceite/aprovação do objeto pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no.

## **26. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**



26.1. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Quissamã, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER** em moeda corrente nacional, por meio de 02 (duas) parcelas, conforme item 7 do Termo de Referências, mediante apresentação pela CONTRATADA dos respectivos documentos fiscais e relatórios, e acompanhados dos demais documentos relacionados no Edital. Os pagamentos seguirão conforme Art. 141 da Lei 14.133/2021.

26.1.1. O pagamento só será liquidado após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

26.2. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.

26.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, salvo em condições excepcionabilíssimas devidamente justificadas, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

26.4. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

## **27. REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS**

27.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis, e inexistirá a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira antes do interregno mínimo de um ano.

27.2. Os preços contratados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços contratados, nas seguintes situações:

27.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da obra ou do contrato tal como pactuados, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

27.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



27.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 105 da Lei Federal 14.133/21.

27.4. A Administração deverá efetuar resposta ao pedido de reajuste no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data da sua solicitação.

27.5. O prazo para resposta ao pedido de reajuste de preços somente começará a fluir somente a partir do momento em que o pedido da contratada se encontre correto e completamente instruído.

## **28. SUSTENTABILIDADE**

28.1. A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber, além de observar todas as condições específicas previstas no Projeto Básico.

## **29. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

29.1. Qualquer pedido de esclarecimento, providências ou impugnações deverá ser enviado ao Pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:

29.1.1. Eletrônico: por meio do formulário eletrônico, disponível no Portal de Compras Públicas, no endereço <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> ou por e-mail no endereço: [licitacaoquissama@gmail.com](mailto:licitacaoquissama@gmail.com), até três dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública; ou

29.1.2 – Por escrito, desde que encaminhada com antecedência de até 03 (três) dias úteis da data fixada para a abertura da sessão pública, devendo protocolar a petição no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Quissamã, localizado na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã - RJ, de segunda a quinta-feira, no horário das **8hs às 11hs e 13h30 às 16hs** e sexta-feira de **8hs às 12hs**, exceto feriados.

29.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

29.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

29.4. A decisão acerca da impugnação, que será proferida até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, caberá ao titular da Secretaria de Licitações e Contratos (SELIC).





29.5. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observado o prazo de ancoragem específico, conforme artigo 55 da Lei Federal 14.133/2021.

29.6. As respostas aos pedidos de esclarecimento e de impugnação serão divulgadas, concomitantemente nos endereços eletrônicos [www.quissama.rj.gov.br](http://www.quissama.rj.gov.br) e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, além do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observados os prazos previstos no item 30.2 e 30.4, para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.

29.7. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes

### **30 – DA VISITA TÉCNICA**

30.1 – As empresas interessadas em participarem desta licitação poderão comparecer à Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Lazer, localizada à Rua Conde de Araruama, s/nº - Centro - Quissamã-RJ. A visita será efetivada para todos os interessados, mediante **agendamento prévio** com a SECPLA, por meio do telefone (22) 2768-9300, de segunda a quinta **8hs às 11hs e 13h30 às 16hs** e sexta-feira de **8hs às 12hs**, exceto feriados., ou e-mail [fcultura.quissama@gmail.com](mailto:fcultura.quissama@gmail.com). O Município fornecerá o Atestado de Visita e Informações Técnicas, conforme modelo do Anexo IV. Esse atestado será juntado à documentação de habilitação, nos termos dos §2º, §3º e §4º do Art. 63 da Lei 14.133/2021.

30.2 - Há a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica por uma declaração formal, assinada pelo responsável técnico da empresa licitante, sob as penalidades da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração.

30.3 - Os interessados deverão apresentar, no ato da visita, Contrato Social da empresa, tratando-se de Sócio/Administrador, ou, no caso de representante, Documento de Credenciamento expedido pela empresa (original ou cópia autenticada) que comprove a autorização para realizar a visita e receber o Atestado de Visita, bem como documento de identidade.

### **31. CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL**



31.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

31.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

31.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

31.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

31.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

31.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

31.7. É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

31.8. A autoridade superior, a Secretaria Requisitante, poderá revogar esta licitação por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

31.9. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

31.10. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

31.11. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados, conforme previsto no § 3º, do Art. 71, da Lei Federal nº 14.133/2021.

31.12. Na hipótese da ilegalidade ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no Art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.



31.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e findando-se estes somente em dias de expediente na Administração, disposto no Art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

31.14. O edital de licitação, e seus anexos, estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico [www.quissama.rj.gov.br](http://www.quissama.rj.gov.br) e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, locais em que serão disponibilizados ainda o acompanhamento dos resultados das fases desta licitação.

31.15. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas. Por outro lado, havendo divergência entre o Edital e o , prevalecerá este.

31.16. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

31.17. Para fins de dirimir controvérsias deste certame elege-se o foro competente da Comarca de Carapebus/Quissamã, excluído qualquer outro.

Quissamã, 29 de novembro de 2024

**Antônio Carlos dos Espírito Santo**  
**Assessor Técnico de Minutas de Editais**



**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER**  
**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2024**  
**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1. Descrição do Objeto:** Constitui o objeto do presente termo a contratação de empresa especializada para realização de serviços de decoração e iluminação cênica natalina, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações neste termo de referência.

**1.2. Da Natureza Do Objeto:** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns e de natureza de prestação de serviço não continuado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico.

**1.3. Órgãos Requisitantes**

Nº	ÓRGÃO	CNPJ	FUNÇÃO
01	Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Lazer	31.505.027/0001-60	Gerenciador

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1 Descrição da Necessidade:**

**2.1.1. Definição:** Trata-se da necessidade de contratação Empresa especializada para realização de serviço de decoração e iluminação cênica natalina, com fornecimento de materiais e mão de obra para atender o **Natal Luz do ano de 2024**, através da Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Lazer

**2.1.2. Justificativa:**

A necessidade de contratação de empresa para realização de decoração natalina, justifica-se conforme considerações a seguir:

O município de Quissamã sempre se mostrou receptivo para o turismo devido as suas diversidades de opções encontradas. Deste modo, considerando a época mais festiva do ano, onde a cidade está envolvida no espírito Natalino, levando em conta o aumento expressivo de pessoas circulando pelas ruas da cidade, seja pela prática esportiva, seja pelo lazer ou pela contemplação da natureza, a Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Lazer optou por enriquecer ainda mais o contexto visual daqueles que já transitam diariamente ou nos finais de semana e ainda atrair novos olhares, através da ornamentação natalina de suas edificações, praças e prédios históricos, que receberão uma decoração luminosa, com enfeites natalinos, demonstrando a beleza e singularidade características deste período de festividades.



Dada a importância de trazer a lume, o verdadeiro espírito da data e conduzir as pessoas a vivenciar situações de reflexão sobre os sentimentos de fé, esperança e fortalecimento dos vínculos afetivos, isto é, virtudes que são despertadas mediante os símbolos do Natal.

Nesta feita, aproximar a população em torno do brilho das luzes e do clima de união e solidariedade que o momento sugere, tem o condão de levar todos a congregar no mesmo espírito de união.

O projeto da decoração, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Lazer, anuncia a chegada das festividades através da composição de arranjos com estrutura metálica e mangueiras de LED fixadas às linhas arquitetônicas das edificações, bem como refletores e cascatas luminosas.

A opção pela locação da decoração com LED oferece diversas vantagens, como a economia de energia, flexibilidade nos projetos, ótimo resultado estético, praticidade de montagem por não utilizar a mão de obra da administração, não aquisição de bens permanentes de pouca utilização, não necessitando, portanto, demandar espaço para estocagem de material. Além disso contribui para as questões de sustentabilidade, pois não produz resíduos ao final da sua utilização, uma vez que emprega materiais reutilizáveis, ou seja, não há nenhum tipo de descarte considerável de material.

Por oportuno, ressaltamos que a planilha de custos encontra-se de acordo com o do inciso II, parágrafo § 2º do Artigo 23 da lei 14.133/21.

## **2.2. Do Enquadramento Legal**

**2.2.1.** O presente processo de aquisição/contratação será disciplinado pela Lei Federal nº 14.133/2021

Art. 28 São modalidades de licitação:  
I - pregão;

**2.3.** Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento:

**2.3.1.** Considerando a opção do Municipal de implementar a Lei nº 14.133/2021 a partir do exercício de 2024, registre-se que não houve a formalização do PCA 2024 no decorrer de 2023, entretanto a presente demanda estará formalizada no PCA em execução de 2024.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**3.1.** Modelagem da Contratação:

1) Para verificação das condições da infraestrutura existente e da confirmação de medidas ou outras informações pertinentes, a empresa poderá realizar visitas técnicas ao local, mediante agendamento prévio com a Fiscalização da SECPLA.

2) A Contratada deverá comunicar à Contratante através da Secretaria de Cultura, Patrimônio Histórico e Lazer, com antecedência mínima de 02 dias úteis, a data para o início da entrega e montagem dos materiais e equipamentos constantes neste Termo de Referência em cada uma das unidades de montagem;

3) Caberá à Contratada obedecer a todas as normas legais que se relacionam com os trabalhos que executa e respeitar as disposições legais trabalhistas da Engenharia de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.

4) Durante a execução dos serviços a empresa deverá zelar pela integridade física dos seus funcionários, fornecendo todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e de todas as pessoas que estiverem no local, conforme exigências contidas na Norma Técnica de Saúde e de Segurança do Trabalho.



- 5) A Contratada deverá dispor, às suas expensas, todos os equipamentos, ferramentas e toda espécie de materiais de consumo e mão de obra necessários à plena execução dos serviços de instalação e desmontagem, tais como suportes,
- 6) Considerando a natureza do objeto, o valor total estimado e as vantagens para a Administração Municipal, recomenda-se: fiação elétrica, disjuntores, acionadores, bases elevatórias, escadas, cabos, arames, suportes para fixação, andaimes, equipamentos de segurança, bem como todos os materiais necessários para soluções técnicas que viabilizem a instalação da decoração natalina, etc.
- 7) A decoração deverá ser confeccionada de forma a ser possível fazer ajustes das dimensões dos elementos in loco. Do mesmo modo, as árvores natalinas devem ser confeccionadas de forma que a base permita eventuais ajustes ao desnível nos terrenos.
- 8) As árvores natalinas deverão ter tela de proteção interna até o solo de modo que impeça a entrada de crianças e pequenos animais.
- 9) A Contratada deverá considerar, em sua proposta, perdas de materiais decorrentes da montagem e de ajustes que se fizerem necessários.
- 10) A Contratada deverá disponibilizar entre os seus funcionários pessoa habilitada, nos locais onde serão instaladas a decoração natalina, para o recebimento e conferência da integridade dos materiais e equipamentos, e de forma alguma se utilizar de servidor municipal para tais serviços. Após finalizada a instalação das luzes natalinas em cada local indicado, obrigatoriamente deverá ser realizado teste de acendimento simultâneo das luzes de modo que seja atestado o perfeito funcionamento das mesmas;
- 11) Ao final da entrega a Contratada deverá garantir que todo sistema de acendimento das lâmpadas e equipamentos em geral se encontram em perfeito estado de funcionamento. Para fins de tal verificação deverá a Contratada realizar teste da iluminação que deverão ser registrados e encaminhados para os Fiscais de serviço. Também é de responsabilidade da Contratada disponibilizar um técnico habilitado que ficará à disposição para resolver eventuais necessidade de troca e ou correções que se fizerem necessárias de modo que seja garantido o perfeito estado de funcionamento da iluminação natalina durante todo o período em que a decoração estiver em uso, ou seja desde o dia da inauguração até a data de início de retirada dos mesmos;
- 12) A Contratada deverá apresentar funcionário(s) qualificado(s) devidamente credenciado(s) e habilitado(s), competente do tipo de serviço a ser executado com ferramentas e equipamentos de segurança próprios para a execução do serviço, deverão se obedecidas às normas técnicas atinentes;
- 13) A Contratada comunicará à fiscalização a conclusão dos serviços ou de suas etapas, solicitará o seu recebimento e a ela apresentará a fatura ou nota fiscal correspondente;
- 14) Obrigar-se-á a Contratada, após a efetivação do serviço, a entregar o local limpo, sem nenhuma avaria e em perfeitas condições de uso. A limpeza geral, sob sua responsabilidade, deverá ser criteriosa para não prejudicar o ambiente e sua utilização. Como medida de sustentabilidade, a Contratada deverá proceder ao descarte ambientalmente responsável dos resíduos decorrentes do fornecimento desta licitação, bem como de qualquer outro resíduo decorrente do serviço prestado, incluindo peças reprovadas e embalagens, na forma da legislação ambiental.
- 15) Manter absoluto sigilo quanto às informações pertinentes ao serviço e/ou objeto que deverá ser entregue, vedada sua divulgação sem permissão da Contratante.





16) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham ser vítimas os seus empregados em serviços, cumprindo todas as obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e lhes assegurando as demais exigências para o exercício das atividades;

17) Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e mudança dos detalhes por parte da Secretaria de Cultura, durante a fase de planejamento do evento;

18) A montagem dos equipamentos (observado o calendário de montagem, que será fornecido pelo Gestor do contrato) deverá ser entregue, instalada e testada com antecedência mínima de 10 horas antes do início do evento;

s) Providenciar a imediata troca de todo equipamento que vier a apresentar defeito durante a realização de qualquer evento, no prazo de 06 (seis) horas;

19) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato a ser firmado;

20) Por ocasião de auditorias internas ou externas, apresentar documentação solicitada comprobatória dos serviços contratados;

21) Manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com as exigências deste Termo de referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo, durante a vigência contratual.

#### **3.1.1: Modalidade: Pregão**

#### **3.1.2: Tipo de empenho: Global**

#### **3.1.3: Critério de Julgamento: Menor valor Global**

#### **3.1.4 Da Vigência:**

a) O prazo de Vigência do contrato será de 56 (**cinquenta e seis**) dias;

b) O prazo de execução da decoração nos espaços será de 51 (cinquenta e um) dias, contados da autorização de início de serviço, sendo 07 (sete) para montagem, 37 (trinta e sete) dias para a permanência da decoração e 07 (sete) dias para desmontagem;

Obs<sup>1</sup>.: Caso seja necessário a retirada da decoração antes do prazo de 37 (trinta e sete) dias de permanência, haverá supressão dos dias.

Obs<sup>2</sup>.: O não cumprimento do prazo sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

Obs<sup>3</sup>.: Por se tratar de serviço não continuado, não há necessidade de cláusula de prorrogação.

**3.1.5. Do Reajuste:** Por se tratar de serviço não continuado, não haverá cláusula de reajuste.

#### **3.2. Da Subcontratação**

**3.2.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto.

#### **3.3. Da Alteração Subjetiva**

**3.3.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da EMPRESA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do instrumento contratual; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL à continuidade do contrato.



#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**4.1.** Poderão participar do presente processo de contratação quaisquer empresas interessadas, cujo ramo de atividade guarde pertinência e compatibilidade com o objeto pretendido e apresente os seguintes documentos:

**4.1.1.** Atestado(s) ou Declaração(ões) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a empresa forneceu, de maneira satisfatória e a contento, materiais/serviços de natureza similar ao objeto solicitado neste Termo de Referência;

**4.1.2.** Anotação de Responsabilidade Técnica (ART-CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT-CAU), ou até Termo de Responsabilidade Técnica (TRT-CRT), com respectivo comprovante de pagamento na assinatura do contrato.

#### **4.2. Especificidades:**

##### **4.2.1: Contratada (Qualificação Técnica):**

**01-** Comprovar que a empresa possui o registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

**02-** Comprovar que a empresa possui em seu quadro seja por CLT, Contrato de Trabalho, Contrato Social, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Ficha de Registro, Contrato de Prestação de Serviços ou Termo de Compromisso Assinado pelo Profissional onde se compromete a compor o quadro da empresa, engenheiro eletricitista e engenheiro civil, mecânico ou arquiteto devidamente registrados no CREA/CAU, que esteja apto para realização dos serviços deste item conforme edital;

**03-** A empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnica de empresa pública ou privada, com comprovação de que foi responsável pela locação e execução do(s) serviço(s) compatível(is) em características, quantidade(s) e prazo(s) com o objetivo ao qual concorreu na licitação;

**04-** Somente serão aceitos atestados de Capacidade Técnica que houver a identificação da empresa e ou seus responsáveis técnicos;

**05-** Pública: Em papel timbrado do órgão contratante, carimbo do responsável e assinatura;

**06-** Privada: Em papel timbrado da empresa, razão social, nº do CNPJ, endereço e telefone, carimbo de CNPJ e devidamente assinada;

##### **4.2.2: Contratante (Prefeitura Municipal)**

**01-** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência; verificar minuciosamente a conformidade do objeto recebido com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**02-** Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços licitados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências convencionadas no contrato a ser firmado;

**03-** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos eventos, que venham a ser solicitados pelo preposto da empresa;

**04-** Proporcionar todas as facilidades para que a licitante vencedora possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas do contrato a ser firmado;

**05-** Permitir acesso dos empregados da empresa às dependências de contratante e/ou locais de execução dos serviços referentes ao objeto do contrato, quando se fizer necessário, desde que estejam identificados com o crachá da empresa;



**06-** Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto desta licitação, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas;

**07-** Acompanhar a preparação dos ambientes e a disponibilização dos equipamentos antes da realização do evento;

**08-** Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo sua correção imediata, sob pena de suspensão do contrato, ressalvado os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos;

**09-** Solicitar, em tempo hábil, a substituição ou correção dos serviços ou equipamentos que não tenham sido considerados adequados;

**10-** Fiscalizar o cumprimento das obrigações e acompanhar o andamento dos serviços da empresa; não permitir que outrem execute os serviços objeto do presente termo, a que se obrigou à contratada;

**11-** Comunicar oficialmente à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço e quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

**12-** Alterar a ornamentação, no momento da instalação, podendo ser remanejada de um local para o outro, de acordo com a necessidade de cada área apresentada de acordo com a contratante, para um melhor aproveitamento do material, sem prejudicar o quantitativo geral descrito no total da memória de cálculo.

#### **4.3. Do Controle de Qualidade:**

**4.3.1.** A avaliação da qualidade dos serviços e materiais utilizados será realizada pela Secretaria contratante, por ocasião dos serviços;

**4.3.2.** A avaliação de qualidade do serviço não exclui a responsabilidade da empresa Contratada pela qualidade do serviço executado dentro dos limites estabelecidos em lei, ou das especificações técnicas dos produtos ofertados;

**4.3.3.** A ausência da qualidade dos serviços e produtos ensejará em suspensão do pagamento da prestação dos serviços, podendo haver rescisão contratual, conforme análise do fiscal do contrato;

**4.3.4.** Os equipamentos e serviços deverão atender a todas as normas técnicas e legislação pertinentes;

#### **4.4. Da exigência de carta de solidariedade**

**4.4.1.** Considerando a natureza da solução de mercado, não se vislumbra a necessidade de exigência de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

##### **4.4.2. Da Garantia da Contratação:**

**4.4.3.** Dada a natureza dos serviços, ficam dispensadas as condições e garantia.

#### **4.5. Da Sustentabilidade:**

**4.5.1.** A Empresa deverá atender os requisitos elencados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO**

O período em que a Contratada deverá realizar a entrega / instalação dos objetos constantes na nota de empenho será de segunda a sexta-feira, e finais de semana com autorização prévia da Contratante, nos locais indicados no Anexo I deste Termo de Referência.

O prazo para início e entregas dos serviços deverão respeitar o item 3.1.3, alínea "b".



É da responsabilidade da Contratada manter em estado de higiene todas as instalações dos serviços, devendo permanecer limpas, isentas de lixo, detritos em geral e de forma satisfatória ao uso. Havendo necessidade de isolamento de áreas para montagem de andaimes, carga, descarga ou armazenagem temporária de materiais e equipamentos, deverá a Contratada consultar os Fiscais de serviço com antecedência mínima de 48h.

Será de responsabilidade da Contratada providenciar contêiner ou outro depósito adequado para o armazenamento dos materiais e equipamentos.

Fica proibido o aproveitamento de servidores da Contratante para serviços de descarregamento do material constante na nota de empenho ou outros serviços que se façam necessários para a execução do objeto do contrato.

Caberá à Contratada obedecer a todas as normas legais que se relacionam com os trabalhos que executa.

No valor proposto deverá estar incluso o fornecimento de todos os equipamentos necessários para a perfeita condição de instalação e funcionamento da decoração natalina, bem como todos os impostos, taxas, transporte, prêmios de seguro de acidente de trabalho e demais emolumentos decorrentes da obrigação assumida, excluindo a contratante de qualquer solidariedade.

É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio uma vez que a complexidade do objeto permite que empresas de menor porte estejam aptas a realizar o serviço licitado sem que haja a necessidade de associação com outros particulares.

O recebimento do objeto não implica a sua aceitação definitiva, uma vez que dependerá da análise do gestor/fiscal, que deverão verificar o atendimento a todas as especificações, contidas neste Instrumento e no Edital.

O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.

Constatadas inconformidades na execução do objeto, a administração pública, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

Rejeitá-lo no todo ou em parte quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, na proposta do fornecedor e no contrato, quando couber.

As despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação dos profissionais envolvidos na execução do objeto são de responsabilidade exclusiva da EMPRESA.

A EMPRESA deve cumprir todas as obrigações legais e contratuais com seus prepostos, já que os mesmos não terão nenhum vínculo com a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

A EMPRESA é responsável pelas despesas com materiais, remunerações e vantagens e indenizações decorrentes de obrigações legais, contratuais ou oriundas de acidentes que venham a ser vítimas seus prepostos.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

### **6.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**6.1.1.** O contrato ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e Decretos Municipais que a regulamentam, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.1.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.1.3.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.1.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de



fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.1.5.** No prazo de 01 (um) dia após a conclusão da fase de montagem, o fiscal do contrato realizará uma vistoria para averiguar se não há defeitos ou vícios, caso positivo, o mesmo emitirá comunicado por escrito para que os mesmos sejam sanados para que a contratante emita o Termo de Recebimento Provisório;

**6.1.6.** No prazo de 05 (cinco) dia, após a conclusão de todas as fases estabelecidas no contrato, uma análise detalhada do cumprimento das obrigações legais, técnicas e contratuais, efetuadas pelo fiscal do contrato, de que os serviços prestados foram devidamente avaliados e atendem aos requisitos estabelecidos, o gestor do contrato emitirá Termo de Recebimento Definitivo que concretizará os atestes dos fiscais técnico e administrativo.

## **6.2. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA**

**6.2.1.** São obrigações da EMPRESA, além das obrigações a ela inerentes previstas no edital:

- a)** Executar o objeto conforme especificações deste neste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das obrigações assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b)** Corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, eventuais inconformidades;
- c)** Cumprir todas as obrigações comerciais, regulamentares e legais inerentes à execução do objeto, em âmbito municipal, estadual, federal e dos órgãos de classe e de regulamentação da atividade.
- d)** Comunicar a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou que se verifique no cumprimento do objeto, inclusive os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e)** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso aos documentos relativos à execução do objeto.
- f)** Manter durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- g)** Indicar preposto para representá-la durante a execução do instrumento contratual.
- h)** Arcar com eventuais prejuízos causados a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da proposta.
- i)** Arcar com todas as despesas tais como, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais.
- j)** Arcar com o ônus das multas e penalidades decorrentes do não cumprimento de obrigações legais, regulamentares e contratuais.

## **6.3. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**6.3.1.** São obrigações da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, além das obrigações a ela inerentes previstas no edital:





- a) Fiscalizar o cumprimento de todas as obrigações assumidas, conforme os termos do edital e da proposta comercial.
- b) Indicar, formalmente, o gestor e fiscais para acompanhamento da execução objeto.
- c) Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto.
- d) Notificar a EMPRESA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- e) Efetuar o pagamento à EMPRESA no valor proporcional ao cumprimento do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- f) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da EMPRESA, no que couber.
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.
- h) Abster-se assumir quaisquer compromissos assumidos pela EMPRESA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da EMPRESA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- i) Emitir documento de aceite provisório dos serviços após a conclusão da etapa de montagem.
- j) Emitir documento de aceite definitivo dos serviços após a conclusão da etapa de desmontagem

#### **6.4. DA GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**6.4.1.** A gestão do contrato ou instrumento equivalente consiste das atividades de gerenciamento, coordenação, acompanhamento, prevenção de riscos, contingenciamento de riscos, conclusão e demais atividades técnicas e operacionais que compõem a celebração do contrato, a execução do seu objeto e a gestão durante sua vigência, devendo zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3846/2024.

##### **6.4.2. Do Gestor**

**6.4.2.1.** Cabe ao gestor do contrato ou instrumento equivalente as atividades de gerenciamento, coordenação, acompanhamento, prevenção e contingenciamento de riscos, conforme Mapa de Riscos, conclusão, emissão do Termo de Aceite Definitivo e demais atividades técnicas e operacionais que compõem a celebração do contrato, a execução do seu objeto e a gestão durante sua vigência, devendo zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3846/2024.

#### **6.5. DA FISCALIZAÇÃO**

**6.5.1.** A fiscalização do contrato ou instrumento equivalente consiste das atividades de controle, acompanhamento, prevenção de riscos, monitoramento do cumprimento das obrigações estabelecidas em contrato, com o fim de assegurar a execução do objeto contratado e o respeito às normas vigentes.





**6.5.2.** A execução do contrato, ou instrumento equivalente, deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais: Administrativos e Setoriais, ou pelos respectivos substitutos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3846/2024.

#### **6.5.2.1. Da Fiscalização Técnica**

**a)** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1º do art. 117 da Lei 14.133/2021.

#### **6.5.2.2. Da Fiscalização Administrativa**

**a)** Ao fiscal administrativo do respectivo Órgão Requisitante, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, bem como atestar o Termo de Aceite Provisório, em conjunto ou não com o fiscal técnico ou fiscal administrativo nos termos do Decreto Municipal nº 3846/2024.

**b)** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente junto ao gestor na resolução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **6.5.2.3. Da Fiscalização Setorial**

**a)** Ao fiscal setorial do respectivo Órgão Requisitante, caberá o acompanhamento *in loco* da execução do objeto com o objetivo de prevenir os riscos à execução, avaliar a conformidade das condições de cumprimento do objeto, especificações técnicas e quantitativas durante a execução do objeto, prestando apoio ao gestor e aos demais fiscais, se necessário, bem como atestar o Termo de Aceite Provisório, em conjunto ou não com o fiscal técnico ou fiscal administrativo nos termos do Decreto Municipal nº 3846/2024.

**b)** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal setorial atuará tempestivamente junto a empresa na resolução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

#### **7.2. Prazo / Condições de pagamento**

**7.2.1.** O pagamento da primeira parcela ficará condicionada a emissão do termo de recebimento provisório e a segunda a emissão termo de recebimento definitivo.

**7.2.2.** O pagamento será efetuado após o recebimento dos serviços e a consequente emissão da nota fiscal por parte da Contratada em duas etapas no prazo de até 30 (trinta) dias:

- 1 - 50% na finalização da montagem;
- 2 - 50% na finalização da desmontagem.

#### **7.3. Forma de Pagamento**

**7.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente, indicados pelo contratado.

**7.3.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



**7.3.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**a)** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.3.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**8.1.** A contratação será efetuada por meio de procedimento licitatório.

**8.2.** O critério de julgamento será o de menor valor global sobre todos os itens, observadas as exigências contidas nesse Termo de Referência, assim como a comprovação da execução de serviços pretéritos que guardem semelhança com o objeto da contratação.

**8.3.** Estar em dia com as obrigações fiscais, trabalhistas e judiciais.

**8.4.** Ter qualificação técnica para executar o serviço ou fornecer o produto.

**8.5.** Ter capacidade financeira para arcar com a produção ou execução.

**8.6.** Apresentar a documentação exigida no edital.

## VALOR DA CONTRATAÇÃO / QUANTITATIVOS

**9.1. Valor estimado da contratação: R\$ 163.275,64 (cento e sessenta e três mil duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), conforme Anexo I.**

**9.2.** Os quantitativos encontram-se discriminados no Anexo I.

VALOR TOTAL ESTIMADO	<b>R\$ 163.275,64</b>
----------------------	-----------------------

**9.3.** O valor foi estimado foi apurado através orçamentos de mercado, consulta a Banco de Preços, Tabela EMOP e Processo nº 14262/2023.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1.** A despesa decorrente deste processo licitatório, conforme designação, correrá à conta de recursos específicos dos Órgãos Requisitantes, consignados no Orçamento Municipal, conforme detalhado a seguir:

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER - (SECPLA)</b>			
<b>FUNCIONAIS</b>	<b>DESPESA</b>	<b>FONTES</b>	<b>FICHA</b>
1381301312.160000	3390390000	170403	685

## 11. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TR



**11.1. São responsáveis pela elaboração deste Termo de Referência, a partir das informações fornecidas pelo Estudo Técnico Preliminar:**

Quissamã, 29 de Outubro de 2024

\_\_\_\_\_  
**Raquel de Oliveira Alves – Mat. 7704**  
Resp. Elaboração deste Termo de Referência

## DOS GESTORES E FISCAIS

São responsáveis pelas atividades de gestão e fiscalização do contrato, ou instrumento equivalente, nos termos do Presente Termo de Referência:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER - (SECPLA)			
FUNÇÃO	NOME	MATR.	CPF
Gestor	Silvia Cristina do Rosário	2918	093.647.447-56
Fiscal Setorial	Wellington Silva dos Santos	7545	126.554.457-32
Fiscal Administrativo	Anderson de Souza Rosa	7753	112.220.177-09
Fiscal Técnico	Helder José Ferreira Vieira	7682	152.542.617-65

## DAS AUTORIDADES COMPETENTES

*Aprovo o presente Termo de Referência e autorizo o prosseguimento do processo com vistas à contratação ou ato equivalente.*

\_\_\_\_\_  
**Ailton Correa da Costa – Mat. 7915**  
Secretário Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Lazer



**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER**  
**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2024**  
**ANEXO I/I**

**Estudo Técnico Preliminar**

**Informações Básicas**

Número do Processo: 13703/2024

**01- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

**1.1 Objeto da Contratação:**

O objeto deste Estudo Técnico Preliminar é a decoração e iluminação cênica natalina, com fornecimento de materiais e mão de obra incluindo montagem e desmontagem de estrutura provisória.

**1.2 Justificativa da Contratação:**

A necessidade de decoração natalina, justifica-se conforme considerações a seguir. O município de Quissamã sempre se mostrou receptivo para o turismo devido as suas diversidades de opções encontradas. Deste modo, considerando a época mais festiva do ano, onde a cidade está envolvida no espírito Natalino, levando em conta o aumento expressivo de pessoas circulando pelas ruas da cidade, seja pela prática esportiva, seja pelo lazer ou pela contemplação da natureza, a Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Lazer optou por enriquecer ainda mais o contexto visual daqueles que já transitam diariamente ou nos finais de semana e ainda atrair novos olhares, através da ornamentação natalina de suas edificações, praças e prédios históricos, que receberão uma decoração luminosa, com enfeites natalinos, demonstrando a beleza e singularidade características deste período de festividades. Dada a importância de trazer a lume, o verdadeiro espírito da data e conduzir as pessoas a vivenciar situações de reflexão sobre os sentimentos de fé, esperança e fortalecimento dos vínculos afetivos, isto é, virtudes que são despertadas mediante os símbolos do Natal. Nesta feita, aproximar a população em torno do brilho das luzes e do clima de união e solidariedade que o momento sugere, tem o condão de levar todos a congregar no mesmo espírito de união. O projeto da decoração, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Lazer, anuncia a chegada das festividades através da composição de arranjos com estrutura metálica e mangueiras de LED fixadas às linhas arquitetônicas das edificações, bem como refletores e cascatas luminosas. A opção pela locação da decoração com LED oferece diversas vantagens, como a economia de energia, flexibilidade nos projetos, ótimo resultado estético, praticidade de montagem por não utilizar a mão-de-obra da administração, não aquisição de bens permanentes de pouca utilização, não necessitando, portanto, demandar espaço para estocagem de material. Além disso contribui para as questões de sustentabilidade, pois não produz resíduos ao final da sua utilização, uma vez que emprega materiais reutilizáveis.

**1.3 Resultados a serem alcançados:**

O resultado desejado é a execução da decoração natalina envolvendo apenas a equipe da empresa



Contratada, a fim de intervir da menor forma possível na rotina de trabalho dos servidores do Município.

#### **1.4 O que poderá causar o não atendimento da demanda?**

A não contratação de empresa para a execução da decoração natalina implicaria no aumento da demanda de compra de materiais e disponibilidade da mão de obra da Administração Municipal para atender a esse fim. Além do espaço físico que seria necessário para armazenar a decoração quando não estivesse em uso.

#### **1.5 A contratação possui natureza continuada?**

O objeto desta licitação não possui natureza continuada, e não haverá necessidade de prorrogação contratual.

<b>02- Área requisitante</b>	Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Lazer
S/Coordenadoria Geral de Eventos.	Responsável: Welington Silva dos santos

#### **03- Descrição dos Requisitos da Contratação**

Poderão participar do presente processo de contratação quaisquer empresas interessadas, cujo ramo de atividade guarde pertinência e compatibilidade com o objeto pretendido e apresente os seguintes documentos:

Atestado(s) ou Declaração(ões) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a empresa forneceu, de maneira satisfatória e a contento, materiais/serviços de natureza similar ao objeto solicitado neste Termo de Referência;

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART-CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT-CAU), ou até Termo de Responsabilidade Técnica (TRT-CRT), com respectivo comprovante de pagamento na assinatura do contrato.

#### **04 LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR.**

**Solução 01:** Aquisição de materiais necessários para a realização dos serviços.

**Solução 02:** Contratação de empresa especializada para realização dos serviços.

#### **05- Descrição da solução como um todo**

A solução 01 elencada no item 04 deste ETP, não seria vantajosa para a Administração, uma vez que seria necessária a aquisição de todo material, de pouco uso, a ser utilizado na decoração e que para isso deverá dispor de espaço físico para estocagem, manutenção periódica dos mesmos, utilização de mão de obra qualificada de servidores municipais durante todo período de montagem, manutenção e desmontagem da decoração, bem como a utilização dos veículos necessários para realização dos serviços.

Portanto, a solução adotada será a 02, uma vez que a praticidade da contratação de uma empresa para locação dos materiais, fornecimento de mão de obra especializada e veículos necessários para



realização dos serviços, não demanda espaço para armazenamento de material de pouco uso e de manutenção periódica, não de utilização de mão de obra da Administração durante todo o período necessário, uma vez que os serviços têm prazo para início e conclusão e a inexperiência da mão de obra municipal poderá comprometer o cumprimento deste prazo, bem como a não utilização dos veículos que a administração dispõe e locação ou aquisição dos que não disponibiliza.

#### **06- Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

A quantidade de material foi obtida por meio de levantamento em projeto das fachadas, utilizando software que automatiza a quantificação e manualmente, a fim de possibilitar a conferência de forma sistemática conforme Anexo I e Layout elaborado por profissional habilitado.

#### **07- Estimativa do Valor da Contratação**

O valor estimado da contratação foi obtido através do Processo 14262/2023 com a devida correção pelo IPCA (documento em anexo). A média obtida perfaz R\$ 163.275,64 (cento e sessenta e três mil e duzentos e setenta e cinco reais e vinte centavos),

#### **08- Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

Entendemos que os serviços, objeto da contratação, bem como os insumos apresentados, são correlatos e devem ser geridos e executados pela mesma empresa, caso contrário, poderia implicar na perda da agilidade da execução dos serviços e a economicidade, dado a necessidade do pagamento do deslocamento para várias empresas para a complementação da execução dos serviços. O parcelamento não se aplica na presente demanda, sendo necessário o agrupamento dos itens, considerando a necessidade do atendimento integral da decoração para seu pleno funcionamento.

#### **09- Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não haverá necessidade de contratações correlatas, apenas a elaboração dos projetos por parte dos servidores da Secretaria.

#### **10- Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

Considerando a opção do Município de implementar a Lei nº 14.133/2021 a partir do exercício de 2024, registre-se que não houve a formalização do PCA 2024 no decorrer de 2023, entretanto a presente demanda estará formalizada no PCA em execução de 2024.

#### **11- Resultados Pretendidos**

A conclusão dos serviços dessa contratação deverá gerar uma economia de mão de obra e de material, pois, como não haverá a aquisição de bens permanentes, não será necessário demandar espaço físico para estocagem. Além da economia de energia ao utilizar a decoração com LED.

#### **12- Providências a serem Adotadas**





A SECPLA deverá os locais onde deverão ser instalados toda decoração; designar gestor e fiscal, bem como obter as licenças e autorizações necessárias para a realização dos serviços.

### 13- Possíveis Impactos Ambientais

Por estar incluído na contratação os serviços de decoração de árvores, há , possibilidade de impactos ambientais consequentes da contratação do serviço de decoração, porém deverá ser adotado pela contratada, todas as medidas mitigadoras cabíveis para evitá-los, bem com os cuidados necessários no descarte de materiais que deverão ser feitos em locais apropriados, que são de responsabilidade da empresa Contratada.

### 14- Declaração de Viabilidade

Este Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução mostra-se viável tecnicamente e necessária.

### Responsável:

Wellington Silva dos Santos  
MAT.: 7545



**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER**  
**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2024**  
**ANEXO III/**  
**PLANILHAS DE CUSTOS**

ITEM	LOCAL	PRODUTOS	QNT.	UND.	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Pórtico de entrada do Município	<b>Cascatas Luminosas</b> formadas por conjunto de micro lâmpadas de LED em cor branca morno (3.000 Graus Kelvin), divididos em conjuntos que contenha 300 (trezentas) unidades de micro lâmpadas cada, conectados em série a fios de aproximadamente 3.00m com queda de 0.50m altura, Padrão SUL, sistema de conexão e acoplagem de um para outro em tomadas com rosca para melhor vedação e a fim de prevenir a entrada de água. Os cabos elétricos que unem os diodos (LED) deverão ser revestidos com material sintético apropriado, na cor verde, tensão 220 volts e consumo máximo de 30W por conjunto, para uso externo e blindados, resistente a intempéries. Este item deve ser instalado com no topo do prédio.	50	UNID	R\$ 98,69	R\$ 4.934,50
02	Pórtico de entrada do Município	<b>Conjunto de micro lâmpadas de LED</b> em cor branca morno (3.000 Graus Kelvin), divididos em conjuntos que contenha 100 (cem) unidades de micro lâmpadas cada, conectados em série a fios de aproximadamente 7.00m a 10.00m de comprimento, Padrão SUL, sistema de conexão e acoplagem de um para outro em tomadas com rosca para melhor vedação e a fim de prevenir a entrada de água. Os cabos elétricos que unem os diodos (LED) deverão ser revestidos com material sintético apropriado, na cor verde, tensão 220 volts e consumo máximo de 10W por conjunto, para uso externo e blindados, resistente a intempéries. Este item deve ser instalado preenchendo as paredes do prédio.	20	UNID	R\$ 21,82	R\$ 436,40
03	Pórtico de entrada do Município	<b>Refletores tipo projetores de Led</b> 100w na cor azul, tensão 220 volts. Este item deve ser instalado de forma uniforme a iluminar a fachada do prédio. Soldado de Chumbo Gigante, confeccionadas em fibra de vidro, pintura em processo automotivo em cores que caracterizam o personagem de forma realista, com acabamento em verniz brilhante. Dimensões mínimas aceitáveis de 2.50m de altura. A fixação desta peça no solo deve ser de forma a garantir a segurança das pessoas e de resistir a todas as intempéries climáticas possíveis do local.	12	UNID	R\$ 109,08	R\$ 1.308,96
04	Pórtico de entrada do Município	<b>Decoração de colunas</b> , revestidas com fitas em tecidos nylon dublado da cor vermelha, tecidos nylon dublado da cor dourada e tecidos nylon dublado da cor verde. Este item deve ser instalado distribuído de forma uniforme nas colunas do prédio em forma espiral	06	UNID	R\$ 801,78	R\$ 4.810,68
05	Centro Cultural Sobradinho	<b>Mangueira luminosa de LED</b> , na cor branca morna, em PVC flexível extrusado, de 13,00mm de diâmetro, uso externo a prova d'água e a intempéries, na tensão de 220v. Este item deve ser instalado e distribuídos de forma homogênea pela arquitetura da fachada dos prédios, como: janelas, portas e quinas, de todos os quatro prédios do centro cultural sobradinho: prédio 1 - Sobrado, prédio 2 - Cinema, prédio 3 – Estação e prédio 4 - Salas de oficinas.	280	METROS	R\$ 20,26	R\$ 5.672,80
06	Centro Cultural Sobradinho	<b>Refletores tipo projetores de Led</b> 100w na cor azul, tensão 220W. Este item deve ser instalado de forma homogênea a iluminar a fachada de todos os quatro prédios do Centro Cultural Sobradinho, prédio 1 Sobrado, prédio 2, prédio Cinema 3 Estação e Prédio 4- Salas de Oficinas	14	UNID	R\$ 109,08	R\$ 1.527,12
07	Praça Central	<b>Árvore Natalina com 7,5 metros de altura</b> , a estrutura desta árvore natalina deverá ser formada por um arcabouço cônico design de um Cone. Deverá ser erguida por tubos quadrados ou redondos, de liga de alumínio ou aço carbono, com encaixes e fixações com parafusos específicos para aplicação e montagem modular, chegando a dimensões mínimas de 6.00m de altura e aproximadamente 3.00m de diâmetro na base. Esta estrutura deve ser calculada por engenheiro calculista da empresa vencedora, a garantir a segurança e qualidade desta estrutura devido às intempéries locais (vento, chuva e maresia). A contratante não dispõe de uma planta deste projeto, deixando assim a responsabilidade para a empresa vencedora de apresentar plantas e cálculos estruturais antes do início da montagem, a secretaria contratante. No topo desta estrutura de árvore natalina deve ser instalada uma	01	UNID	R\$ 11.178,94	R\$ 11.178,94



		ponteira, também confeccionada em tubos quadrados ou redondos, de liga de alumínio ou aço carbono em designe de uma estrela com oito pontas em dimensão mínima de com 1.50m de altura por 1.00m de largura, totalizando assim uma árvore natalina de 7,50m de altura. Para a Decoração e Iluminação deve ser instalado em distribuição de forma homogênea por toda a árvore figuras luminosas bidimensionais com desenho em designe de caixas de presentes com estrelas produzidas em estrutura de barra chata de 1/8 x 3/8 de polegada, zincada, com proteção anticorrosiva resistente a exposição às intempéries, aplicação nas mangueiras luminosas de LEDs, em PVC flexível extrusado, de 13,00mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro, com nível de classe para uso externo a prova d'água e a intempéries, na tensão de 220v e também lâmpadas de xênon de 6w de potência, em cada uma destas figuras luminosas, com flashes de luz brilhante na cor branca com aproximadamente 50 emissões por minuto, modelo redondo ou quadrado, com nível de classe para uso externo a prova d'água e a intempéries, na tensão de 220v e também cada uma destas figuras ainda deverá ter preenchimento com aplicação de conjunto de micro lâmpadas de LEDs com nível de classe para uso externo a prova d'água e a intempéries, na tensão de 220v, com aplicação de no mínimo 200 unidades de micro lâmpadas de led por metro quadrado de estrutura de cada figura luminosa. A fixação desta peça no solo deve ser de forma a garantir a segurança das pessoas e de resistir a todas as intempéries possíveis climáticas do local.				
08	Prefeitura Municipal	<b>Refletores tipo projetores de Led 50w</b> na cor Azul, tensão 220 volts. Este item deve ser instalado de forma uniforme a iluminar de forma homogênea a fachada do prédio.	40	UNID	R\$ 109,08	R\$ 4.363,20
09	Prefeitura Municipal	<b>Decoração de colunas</b> revestidas com fitas na cor vermelha, tecidos nylon dourado e tecidos nylon dublado da cor verde. Esse item deve ser instalado distribuído de forma uniforme nas colunas do prédio de forma espiral	06	UNID	R\$ 800,94	R\$ 4.805,64
10	Prefeitura Municipal	<b>Mangueira luminosa de LEDs</b> , na cor Branca Morna, em PVC flexível extrusado, de 13,00mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro, com nível de classe para uso externo a prova d'água e a intempéries, na tensão de 220v. Este item deve ser instalado e distribuídos de forma homogênea pela arquitetura da fachada dos prédios, como: janelas, portas e quinas, da fachada do prédio.	300	METROS	R\$ 20,27	R\$ 6.081,00
11	Igreja Matriz - Nossa Senhora do Desterro	<b>Refletores tipo projetores de Led 100w</b> na cor Azul, tensão 220 volts. Este item deve ser instalado de forma uniforme a iluminar a fachada do prédio.	30	UNID	R\$ 109,08	R\$ 3.272,40
12	Igreja Matriz - Nossa Senhora do Desterro	<b>Mangueira luminosa de LEDs</b> , na cor Branca Morna, em PVC flexível extrusado, de 13,00mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro, com nível de classe para uso externo a prova d'água e a intempéries, na tensão de 220v. Este item deve ser instalado e distribuídos de forma homogênea pela arquitetura da fachada dos prédios, como: janelas, portas e quinas, da fachada do prédio.	300	METROS	R\$ 20,27	R\$ 6.081,00
13	Igreja de Barra do Furado	<b>Mangueira luminosa de LEDs</b> , na cor Branca Morna, em PVC flexível extrusado, de 13,00mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro, com nível de classe para uso externo a prova d'água e a intempéries, na tensão de 220v. Este item deve ser instalado e distribuídos de forma homogênea pela arquitetura da fachada dos prédios, como: janelas, portas e quinas, da fachada do prédio.	100	METROS	R\$ 20,27	R\$ 2.027,00
14	Igreja de Barra do Furado	<b>Refletores tipo projetores de Led 100w</b> na cor Azul, tensão 220 volts. Este item deve ser instalado de forma uniforme a iluminar a fachada do prédio.	10	UNID	R\$ 109,08	R\$ 1.090,80
15	Igreja do Carmo	<b>Mangueira luminosa de LEDs</b> , na cor Branca Morna, em PVC flexível extrusado, de 13,00mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro, com nível de classe para uso externo a prova d'água e a intempéries, na tensão de 220v. Este item deve ser instalado e distribuídos de forma homogênea pela arquitetura da fachada dos prédios, como: janelas, portas e quinas, da fachada do prédio.	50	METROS	R\$ 20,27	R\$ 1.013,50
16	Igreja do Carmo	<b>Refletores tipo projetores de Led 100w</b> na cor azul, tensão 220 volts. Este item deve ser instalado de forma uniforme a iluminar a fachada do prédio.	06	UNID	R\$ 20,27	R\$ 121,62
17	Igreja da Penha	<b>Mangueira luminosa de LEDs</b> , na cor Branca Morna, em PVC flexível extrusado, de 13,00mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro, com nível de classe para uso externo a prova d'água e a intempéries, na tensão de 220v. Este item deve ser instalado e distribuídos de forma homogênea pela arquitetura da fachada dos prédios, como: janelas, portas e quinas, da fachada do prédio.	40	METROS	R\$ 20,27	R\$ 810,80
18	Igreja da Penha	<b>Refletores tipo projetores de Led 100w</b> na cor Azul, tensão 220 volts. Este item deve ser instalado de forma uniforme a iluminar de forma homogênea a fachada do prédio.	06	UNID	R\$ 109,08	R\$ 654,48
19	Árvores Naturais do Município	<b>Iluminação no tronco de 80 árvores</b> , Conjuntos de micro lâmpadas de led em cor branca morna (3.000 Graus Kelvin), que contenha 100 (cem) unidades de micro lâmpadas cada, conectados em série a fios de aproximadamente 7.00m a 10.00m de comprimento, Padrão UL, sistema de conexão e acoplagem de um para outro em tomadas com rosca para melhor vedação e afim de prevenir a entrada de água. Os cabos elétricos que unem os diodos (led) deverão ser revestidos com material sintético apropriado, na cor verde ou incolor, tensão 220 volts e consumo máximo de 10W por conjunto, para uso externo e blindados, resistente a	100	UNID	R\$ 21,98	R\$ 2.198,00



		intempéries, para serem instalados e enrolados com a distribuição uniforme a uma distância de no máximo 10 centímetro por volta nos galhos e troncos das árvores naturais. Obs.: As 80 unidades de Árvores Naturais que receberão esta iluminação, serão escolhidos pela secretaria contratante e apresentados a empresa vencedora antes das instalações.				
20	<b>Árvores Naturais do Município</b>	<b>Projetores de Led 30w</b> na cor verde, instalados com a distribuição uniforme dos galhos e folhagens das árvores. Obs.: As Árvores Naturais que receberão esta iluminação, serão escolhidos pela secretaria contratante e apresentados a empresa vencedora antes das instalações.	100	UNID	R\$ 94,18	R\$ 9.418,00
					<b>TOTAL:</b>	R\$ 71.806,84

EQUIPE DE MONTAGEM						
EQUIPAMENTOS - VEÍCULOS						
ITEM	EQUIPAMENTOS - VEÍCULOS	QUANT.	QUANT. DE HORAS POR EQUIPAMENTO	QUANT. TOTAL DE HORAS	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL R\$
01	Caminhão caçamba aberta	01	20	20	R\$ 52,72	R\$ 1.054,40
02	Caminhão com cesto 13m altura	01	48	48	R\$ 170,85	R\$ 8.200,80
03	Carro 05 passageiros	01	48	48	R\$ 12,82	R\$ 615,36
04	Caminhão Munck 17m altura	01	48	48	R\$ 64,64	R\$ 3.102,72
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 12.973,28</b>

MÃO DE OBRA						
ITEM	EQUIPE – PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	QUANT.	QUANT. DE HORAS POR PROFISSIONAL	QUANT. TOTAL DE HORAS	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL R\$
01	Engenheiro Eletricista	01	48	48	60,13	R\$ 2.886,24
02	Engenheiro Civil ou Engenheiro Mecânico	01	48	48	60,13	R\$ 2.886,24
03	Técnico de Segurança do Trabalho	01	48	48	23,43	R\$ 1.124,64
04	Eletricista	02	52	104	14,08	R\$ 1.464,32
05	Ajudante de Eletricista	03	53	159	10,18	R\$ 1.618,62
06	Ajudante de Montagem	02	52	104	10,18	R\$ 1.058,72
07	Carregador	03	53	159	10,63	R\$ 1.690,17
08	Decorador	01	48	48	18,79	R\$ 901,92
09	Motorista	04	54	216	14,08	R\$ 3.041,28
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 16.672,15</b>

EQUIPE DE MANUTENÇÃO						
EQUIPAMENTOS - VEÍCULOS						
ITEM	EQUIPAMENTOS - VEÍCULOS	QUANT.	QUANT. DE HORAS POR EQUIPAMENTO	QUANT. TOTAL DE HORAS	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL R\$
01	Caminhão com cesto 13m altura	01	180	180	170,85	R\$ 30.753,00
02	Carro 5 passageiros	01	180	180	12,82	R\$ 2.307,60
03	Caminhão Munck 17m altura	01	10	10	64,64	R\$ 646,40
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 33.707,00</b>



MÃO DE OBRA						
ITEM	EQUIPE – PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	QUANT.	QUANT. DE HORAS POR PROFISSIONAL	QUANT. TOTAL DE HORAS	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL R\$
01	Eletricista	01	170	170	14,08	R\$ 2.393,60
02	Ajudante de Eletricista	02	170	340	10,18	R\$ 3.461,20
03	Motorista de caminhão com cesto 13m altura	01	170	170	12,76	R\$ 2.169,20
04	Motorista de carro 05 passageiros	01	170	170	14,08	R\$ 2.393,60
05	Motorista Caminhão Munck 17m altura	01	10	10	20,62	R\$ 206,20
TOTAL						R\$ 10.623,80

EQUIPE DE DESMONTAGEM						
EQUIPAMENTOS - VEÍCULOS						
ITEM	EQUIPAMENTOS - VEÍCULOS	QUANT.	QUANT. DE HORAS POR EQUIPAMENTO	QUANT. TOTAL DE HORAS	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL R\$
01	Caminhão Caçamba aberta	01	15	15	52,72	R\$ 790,80
02	Caminhão com cesto 13m altura	01	25	25	170,85	R\$ 4.271,25
03	Carro 5 passageiros	01	25	25	12,82	R\$ 320,50
04	Caminhão Munck 17m altura	01	25	25	64,64	R\$ 1.616,00
TOTAL						R\$ 6.998,55

MÃO DE OBRA						
ITEM	EQUIPE – PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	QUANT.	QUANT. DE HORAS POR PROFISSIONAL	QUANT. TOTAL DE HORAS	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL R\$
01	Engenheiro Eletricista	01	25	25	60,13	R\$ 1.503,25
02	Engenheiro Civil ou Engenheiro Mecânico	01	11	11	60,13	R\$ 661,43
03	Técnico de Segurança do Trabalho	01	48	48	23,43	R\$ 1.124,64
04	Eletricista	02	45	90	14,08	R\$ 1.267,20
05	Ajudante de Eletricista	03	50	150	10,18	R\$ 1.527,00
06	Carregador	03	50	150	10,63	R\$ 1.594,50
07	Motorista	04	50	200	14,08	R\$ 2.816,00
TOTAL						R\$ 10.494,02

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS		
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL GERAL (R\$)
01	Produtos	R\$ 71.806,84
02	Equipamentos - Veículos	R\$ 53.678,83
03	Mão de Obra	R\$ 37.789,97
TOTAL GERAL (R\$)		R\$ 163.275,64



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ**  
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.  
Processo nº \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER**  
**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2024**  
**ANEXO III/I**  
**LAYOUT**





República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ**  
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.  
Processo nº \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER**

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2024**

**ANEXO II**

**(Descrição da Compra)**



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ**  
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.  
Processo nº \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER**  
**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2024**  
**ANEXO III**  
**PROPOSTA DE PREÇOS**



**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER**  
**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2024**  
**ANEXO IV**

**MODELO DE ATESTADO DE VISITA**

Declaramos para efeito do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024, que o Sr. \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, Representante da Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_, procedeu à visita técnica ao local dos serviços deste Edital, recebendo todas as informações, projetos, especificações e demais elementos necessários para elaboração de sua proposta e declara, que todas as informações pertinentes e relevantes necessárias à confecção de sua proposta são de seu pleno conhecimento.

Quissamã, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ**  
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.

Processo nº \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER**  
**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2024**  
**ANEXO V**  
**MINUTA DE CONTRATO**